



25 de abril
nos jovens;
hoje e sempre



Parlamento dos Jovens edição 2023/2024

O Parlamento dos Jovens é um projeto destinado aos alunos do 5.º ao 12.º ano de escolaridade, que pretende educá-los sobre a cidadania e a vida política em Portugal. Promove-se o desenvolvimento de diversas competências, do debate à investigação e à reflexão sobre vários temas. Nesta edição 2023/2024, em que se celebraram os 50 anos da Revolução de Abril, o tema escolhido foi “Viver abril na educação: caminhos para uma escola plural e participativa”.

Em 25 de abril de 1974, deu-se a Revolução dos Cravos, que mudou completamente a nossa forma de ver o quarto mês do ano. Hoje, assim como os cravos, esta data é um claro símbolo de democracia e liberdade. Assim, o tema do Parlamento dos Jovens deste ano pretende que os alunos reflitam sobre as suas liberdades e sobre a democracia, formulando medidas que promovam estes valores na educação, tornando o sistema educativo português mais inclusivo, abrangente, interativo e dinâmico.



Sessão escolar

Um professor, um amigo, um interesse pela política ou simplesmente mera curiosidade levam centenas de jovens a participar neste projeto todos os anos e, assim que formam uma lista, “põem mãos à obra” e iniciam as suas campanhas, com o intuito de que as suas medidas façam a diferença, e que as possam defender perante os colegas do seu distrito/região e quiçá da nação inteira. Tal não foi diferente na Escola Secundária Domingos Rebelo da Região Autónoma dos Açores. No secundário formaram-se as listas A e D. De 938 eleitores inscritos, apenas 238 votaram, sendo que a lista A totalizou 141 votos, enquanto a lista D juntou 95 votos (2 votos nulos). Desta forma, no dia 24 de janeiro realizou-se a Sessão Escolar, à qual os membros da lista D não compareceram. Consequentemente, à Sessão Escolar presidiram 9 deputados da lista A, sendo que todas as medidas desta lista foram implementadas no projeto de recomendação da escola e elegeram-se os deputados Inês Sousa e António Dias para representarem a escola na Sessão Regional.



Na véspera da Sessão Escolar, contámos com a presença como palestrante do Engenheiro Paulo Moniz, deputado eleito pelo círculo eleitoral dos Açores à Assembleia da República (AR) pelo Partido Social Democrata.

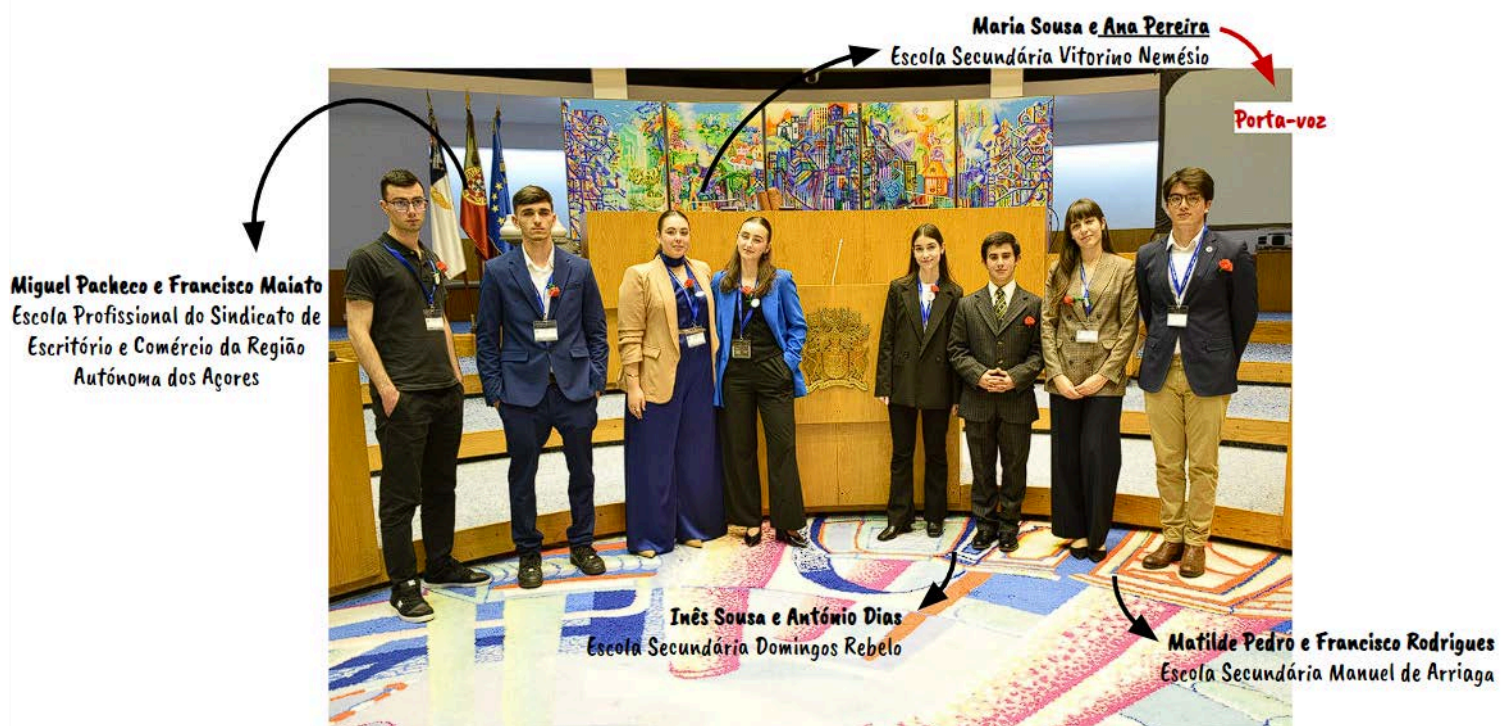


Sessão Regional

Na sessão regional não existe uma campanha explícita, porém, para serem eleitos à sessão nacional e levarem consigo as suas medidas, os deputados devem assegurar o número necessário de votos, o que lhes oferece uma experiência política mais realista. Esta é talvez a minha fase favorita, o que tem muito a ver com o facto de viver num arquipélago tão diversificado culturalmente, pois no curto espaço de tempo em que nos encontramos na ilha do Faial, ouvimos sotaques diferentes, perspectivas diferentes, experiências diferentes e apercebemos-nos de como a vida de um adolescente no mesmo arquipélago pode ser tão distinta de ilha para ilha e até mesmo de concelho para concelho. Todos estes fatores tornam esta experiência única e dão-lhe um valor inigualável.



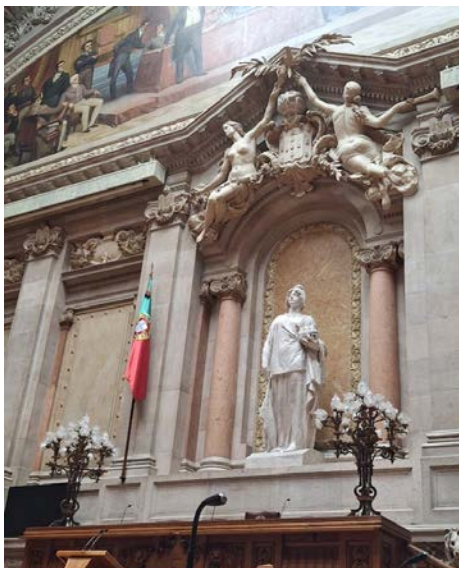
Os vencedores!



Sessão Nacional: primeiro dia

Embora muitos participem neste projeto, apenas alguns chegam à tão esperada fase nacional, que este ano aconteceu a 27 e 28 de maio.

A Sessão iniciou-se com um lanche de acolhimento, seguindo-se um *briefing* aos jornalistas em paralelo com a reunião das comissões de trabalho dos deputados. Como jornalista, tive o privilégio de conhecer alguns dos espaços desta tão grandiosa casa da democracia.



Depois, eu e os meus colegas juntámo-nos aos deputados. Dividimos-nos por quatro comissões de trabalho, presididas por deputados da AR, durante as quais foram redigidas e debatidas diversas medidas. Como a maioria dos deputados açorianos se encontravam na 1ª comissão, presidida pelos deputados Eva Brás Pinho do PSD, e Daniel Teixeira do Chega, foi essa a que acompanhei.



Enquanto os jornalistas realizavam a visita, ocorreu o debate na generalidade. Este consiste na apresentação dos projetos de recomendação, no caso da 1ª comissão, dos círculos dos Açores, Europa, Évora, Porto e Santarém, e na resposta às questões que lhes são colocadas sobre as suas medidas, votando, por fim, o projeto de recomendação que, após o debate na especialidade e consequentes alterações, será apresentado, no dia seguinte, às outras comissões. O projeto vencedor foi o dos Açores.



Foi apresentado um protesto por parte de alguns deputados do interior devido ao atraso dos respectivos transportes . Eu tive a sorte de chegar a tempo de ouvir o deputado Simão Lopes Oliveira, porta-voz do círculo de Guarda, reivindicando: “compreendo que imprevistos aconteçam, mas tendo em conta que este é um programa que fomenta a igualdade de oportunidades e que também fomenta, de alguma maneira, a participação e a coesão territorial, dizer-vos que está muito aquém.” acrescentando que “O interior sai mais uma vez prejudicado” e que o seu discurso teve apenas como objetivo “deixar uma critica construtiva para que no próximo ano nada disto aconteça”. E ninguém ficou indiferente. A forma como este colega defendeu, tão entusiasticamente, os seus direitos e aquilo em que acreditava impressionou todos os presentes, deixando também claro o quanto as três horas de convívio e política ativa que perdera significavam para ele.



Após a chegada dos deputados de Guarda, houve um lanche e seguidamente retomaram-se os trabalhos, dando início ao debate na especialidade, no qual os deputados se agruparam de modo a formularem propostas de alteração e eliminação que posteriormente foram debatidas e votadas.

Findos os trabalhos, fomos todos para a Sala do Senado onde assistimos a um programa cultural que incluiu teatro e música e alertou, principalmente, para a importância do voto de uma forma muito original. Seguidamente, fomos jantar e trocámos impressões sobre o espetáculo a que assistimos.



E assim terminou o primeiro dia na assembleia e começou aquela que para muitos seria a única “noite no Parlamento dos jovens”. Os deputados foram divididos entre dois hotéis, separando-se os deputados dos círculos de Portugal Continental dos deputados dos círculos de Portugal Insular, Europa e fora da Europa. Quer num hotel quer noutro, os jovens conviveram enquanto se conseguiram manter acordados, mas após um dia de trabalho intenso, e outro que certamente nos aguardava, a verdade é que ninguém se foi deitar muito tarde.

Sessão Nacional: segundo dia

O segundo dia da fase nacional começou com a abertura solene do Plenário que contou com a presença de Diogo Pacheco de Amorim, Vice-Presidente da AR, Margarida Balseiro Lopes, Ministra da Juventude e Modernização e Manuela Tender, Presidente da Comissão de Educação e Ciência.



Seguidamente, cada círculo fez perguntas aos deputados da AR.



A pergunta que mais me chamou à atenção foi feita pelo círculo de Lisboa ao deputado do PS, Miguel Costa Matos que se centrava em questionar se a adoção de alternativas de acesso ao ensino secundário é ponderada e caso não houvesse alternativas, se o deputado concordava com a atual política de acesso, que se centra



apenas em dados numéricos das médias do ensino secundário. Ao que Miguel Costa Matos respondeu: "De facto é muito injusto a questão de só contarem as médias. Eu sou há muitos anos, desde que era um dirigente associativo no ensino secundário, um defensor de que devemos olhar para as matérias extracurriculares, até porque

hoje em dia a maior parte das escolas têm atividades extracurriculares e nós temos acesso à *internet*, somos capazes de empreender, nós devíamos tentar que um jovem a sair do ensino secundário fosse mais do que só um número numa folha e os resultados dos nossos exames. Enfim, infelizmente isso ainda não tem sido possível e porquê? Porque aquilo que nós tentámos na covid que foi só contar com as médias escolares foi um desastre, porque houve muitas escolas que abusaram e inflacionaram as notas isso foi ainda mais injustiça para quem queria aceder ao ensino superior [...]” Não respondendo porém à pergunta: Haverá alguma alternativa que não simplesmente deixar de “contar” com os exames? O que é que impede o governo de alterar a forma de acesso ao ensino superior?

Felizmente, em seguida foi-me permitido fazer estas e outras perguntas aos deputados da AR. Concluí que os partidos mais à esquerda acreditam que se devem abolir os exames, pois reduzem um aluno à nota de um teste, que, por várias razões, pode correr muito mal; os partidos do centro e de direita acreditam que os exames devem continuar a ter algum peso no acesso ao ensino superior, mas que outras atividades também devem ser tidas em conta, sem, no entanto, se tornarem o objeto com mais peso nesse processo. Como nenhum partido concorda com a forma de acesso atual, e os partidos do centro e da direita, nomeadamente, Chega, Partido Socialista e Partido Social Democrata, têm maioria absoluta e partilham uma visão muito parecida neste assunto, certamente haveria uma mudança. No entanto, na prática isto não se verifica. Com tantas crises que vivemos no nosso país, é compreensível a dificuldade de o governo resolver todos os problemas, principalmente quando, apesar de tudo, o sistema de acesso ao ensino superior ainda funciona. Espero apenas que os jovens de hoje, políticos de amanhã, não se esqueçam das suas preocupações como estudantes.

Posteriormente, voltámos para o Plenário, onde os nossos colegas deputados deram início ao debate na especialidade, onde apenas puderam apresentar propostas de eliminação. Então, após a “fotografia da praxe”, fomos almoçar, acompanhados de alguns deputados da AR que tiveram a amabilidade de se juntar a nós.

Após a refeição, os deputados voltaram ao plenário onde continuaram os trabalhos, e os jornalistas atenderam a uma conferência de imprensa, com a deputada Manuela Tender, que respondeu a perguntas não só sobre a educação, como também sobre a abstenção dos jovens nas últimas eleições europeias e as energias nucleares, temas que interessam e preocupam os jornalistas.



E assim, voltámos a juntar-nos aos nossos colegas que eliminaram 8 de 20 medidas, transformando este projeto:

Recomendação à Assembleia da República – Guião para debate na Sessão Plenária

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, ensino secundário, recomendam a Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Extinção de propinas para a frequência de todos os ciclos do ensino superior, para todos os estudantes em Portugal. (1.ª Comissão)
2. Estabelecimento de programas de integração dos alunos – programas de mentoria, ensino da Língua Gestual Portuguesa e de Braille – e criação de um gabinete de apoio a alunos estrangeiros. (1.ª Comissão)
3. Desenvolver projetos – em distintas dimensões e áreas na sociedade –, visando a colaboração entre jovens de diferentes contextos sociais estudantis e dando oportunidade aos alunos de fazerem parte da equipa de coordenação da estratégia de educação da sua escola. (4.ª Comissão)
4. União entre o projeto «ano zero» e o projeto «all included» de modo a que o aluno frequente o PLNM – Português Língua Não Materna, com o programa escolar adaptado, permitindo, ao aluno, a progressão e criando as competências necessárias para ser devidamente avaliado, com avaliações formativas. (4.ª Comissão)
5. Investimento em linhas de transporte escolar facilitando a deslocação dos estudantes, bem como do pessoal docente e não docente. (2.ª Comissão)
6. Facilitar a inclusão de todos os alunos com deficiência, apostando na melhoria das infraestruturas, como a existência de rampas e elevadores, bem como na formação de recursos humanos, adaptando-se à realidade de uma escola moderna para todos. (2.ª Comissão)
7. Promover a acessibilidade na escola, através da certificação das instalações físicas (rampas e espaços adaptados, entre outros), garantindo a igualdade de oportunidades e acessos, e um ambiente inclusivo para todos, independentemente das suas necessidades especiais. (4.ª Comissão)
8. Criação de salas de aula flexíveis (após a garantia das condições básicas à qualidade do ensino), que consistem em salas diferentes, para que os alunos portadores de deficiências físicas e/ou mentais possam ter um espaço que promova a sua evolução cognitiva, adaptando o ambiente com móveis ajustáveis, tecnologia assistida e recursos multissensoriais, promovendo a inclusão. (3.ª Comissão)
9. Criação de um projeto anual que permita a realização de intercâmbios internos entre litoral, interior e ilhas, com o objetivo de aumentar o número de oportunidades a todos os jovens portugueses no acesso à cultura e informação, investindo nas parcerias com instituições, fundações e universidades. (1.ª Comissão)
10. Criação do programa "Intercâmbio Nacional" – desenvolvimento de um programa interescolar, que visa promover a partilha de experiências, projetos e conhecimento entre escolas de diferentes pontos do país (exemplos: norte-sul, interior-litoral, continente e ilhas). (3.ª Comissão)
11. Aumentar a participação dos alunos nos órgãos de decisão escolar, nomeadamente na simplificação de processos de funcionamento de uma associação de estudantes, na inclusão de um representante de alunos em órgãos de decisão escolar e na realização de uma assembleia de delegados mensal. (3.ª Comissão)
12. Dinamização do programa de criação e interligação (cooperação e comunicação) de associações de estudantes em todas as instituições de ensino secundário, profissional e superior, onde não existam. (1.ª Comissão)
13. Criação de um organismo de cooperação entre o poder central e o poder local, com a realização de uma assembleia municipal extraordinária dedicada aos jovens com o vereador do pelouro da educação e representantes do distrito na Assembleia da República. (1.ª Comissão)
14. Criação de uma disciplina de caráter obrigatório no 12.º ano, cujo objetivo seria preparar os jovens para as adversidades da vida adulta, através de conteúdos como literacia política, financeira e social, abrangendo o ensino regular e profissional, mais especificamente nos módulos de Área de Integração. (2.ª Comissão)
15. Inclusão da Literacia Financeira e da Literacia Política nas Aprendizagens Essenciais das disciplinas que compõem o Currículo Português, garantindo o desenvolvimento das competências elencadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. (4.ª Comissão)
16. Revisão do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), e consequentemente do critério de seleção das aprendizagens essenciais, diminuindo o plano curricular das diversas disciplinas e consequente carga horária. (2.ª Comissão)
17. Permitir aos alunos a construção do seu próprio currículo no ensino secundário, de modo a proporcionar uma maior autonomia na escolha das disciplinas que consideram mais importantes para a sua formação e para o acesso ao ensino superior. (2.ª Comissão)
18. Modificar a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º, da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que refere a obrigatoriedade de escolha de uma disciplina anual de 12.º ano, ligada à natureza do curso científico-humanístico do aluno, possibilitando a escolha das disciplinas opcionais anuais desse ano de escolaridade, de qualquer um dos cursos, de acordo com o interesse dos alunos. (4.ª Comissão)
19. Promoção de alterações curriculares (por semestre) que promovam a integração, a pluralidade e a participação nas escolas portuguesas, designadamente, através da introdução de uma disciplina de Língua Gestual Portuguesa no 2º ciclo e da obrigatoriedade de oferta de uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento – desde o 5º ano até ao 12º, em todos os estabelecimentos escolares –, na qual sejam abordadas, entre outras, as temáticas da Educação Financeira, Política e celebrados os Dias/Semanas Culturais, com organização diversa. (3.ª Comissão)
20. Criação de um fundo regional, através das CCDR, que financie visitas de estudo, assim como workshops e atividades de observação, que preparem e deem noção do que é o mercado de trabalho a todos os alunos (este fundo seria coordenado em parceria com o IPDJ e com o Ministério da Educação, podendo receber contributos de fundos europeus destinados à educação da Juventude). (3.ª Comissão)

Neste projeto:

Recomendação à Assembleia da República

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, Ensino Secundário, recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Estabelecimento de programas de integração dos alunos – programas de mentoria, ensino da Língua Gestual Portuguesa e de Braille - e criação de um gabinete de apoio a alunos estrangeiros.
2. União entre o projeto «ano zero» e o projeto «*all included*» de modo a que o aluno frequente o PLNM – Português Língua Não Materna, com o programa escolar adaptado, permitindo, ao aluno, a progressão e criando as competências necessárias para ser devidamente avaliado, com avaliações formativas.
3. Investimento em linhas de transporte escolar facilitando a deslocação dos estudantes, bem como do pessoal docente e não docente.
4. Facilitar a inclusão de todos os alunos com deficiência, apostando na melhoria das infraestruturas, como a existência de rampas e elevadores, bem como na formação de recursos humanos, adaptando-se à realidade de uma escola moderna para todos.
5. Criação de salas de aula flexíveis (após a garantia das condições básicas à qualidade do ensino), que consistem em salas diferentes, para que os alunos portadores de deficiências físicas e/ou mentais possam ter um espaço que promova a sua evolução cognitiva, adaptando o ambiente com móveis ajustáveis, tecnologia assistida e recursos multissensoriais, promovendo a inclusão.
6. Criação de um projeto anual que permita a realização de intercâmbios internos entre litoral, interior e ilhas, com o objetivo de aumentar o número de oportunidades a todos os jovens portugueses no acesso à cultura e informação, investindo nas parcerias com instituições, fundações e universidades.
7. Dinamização do programa de criação e interligação (cooperação e comunicação) de associações de estudantes em todas as instituições de ensino secundário, profissional e superior, onde não existam.
8. Inclusão da Literacia Financeira e da Literacia Política nas Aprendizagens Essenciais das disciplinas que compõem o Currículo Português, garantindo o desenvolvimento das competências elencadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
9. Revisão do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), e consequentemente do critério de seleção das aprendizagens essenciais, diminuindo o plano curricular das diversas disciplinas e consequente carga horária.
10. Modificar a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º, da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que refere a obrigatoriedade de escolha de uma disciplina anual de 12.º ano, ligada à natureza do curso científico-humanístico do aluno, possibilitando a escolha das disciplinas opcionais anuais desse ano de escolaridade, de qualquer um dos cursos, de acordo com o interesse dos alunos.
11. Promoção de alterações curriculares (por semestre) que promovam a integração, a pluralidade e a participação nas escolas portuguesas, designadamente, através da introdução de uma disciplina de Língua Gestual Portuguesa no 2º ciclo e da obrigatoriedade de oferta de uma disciplina de Cidadania e Desenvolvimento - desde o 5º ano até ao 12º, em todos os estabelecimentos escolares -, na qual sejam abordadas, entre outras, as temáticas da Educação Financeira, Política e celebrados os Dias/Semanas Culturais, com organização diversa.
12. Criação de um fundo regional, através das CCDR, que financie visitas de estudo, assim como workshops e atividades de observação, que preparem e deem noção do que é o mercado de trabalho a todos os alunos (este fundo seria coordenado em parceria com o IPDJ e com o Ministério da Educação, podendo receber contributos de fundos europeus destinados à educação da Juventude).

Pronta a recomendação à AR dá-se início à Sessão de encerramento, durante a qual a deputada Manuela Tender se juntou à mesa. Assim, deram-se os discursos finais do porta-voz de cada círculo, seguidos dos discursos dos membros da mesa e da deputada. Palavras de coragem, empatia, esperança e amor à democracia encheram o plenário inundando de orgulho os corações dos ouvintes.

Depois da entrega dos diplomas, cantou-se o hino de Portugal e, apesar dos protestos do relógio, lembrando alguns das longas horas de viagem que ainda lhes esperavam, cantou-se também o “hino de Abril”, Grândola Vila Morena, a seguir ao qual os jovens, por fim, se despediram uns dos outros e da casa da democracia, regressando às suas próprias casas, motivados a tornar as suas escolas mais plurais e participativas.



Um pouco como esta reportagem, quando cheguei à Sessão nacional tinha em mente algo muito formal, porém, apercebi-me de que obteria melhores resultados se me deixasse divertir com este projeto.

Para quem nunca nele participou, o parlamento dos jovens pode parecer um projeto para o qual os jovens trabalham apenas para viverem como políticos ou jornalistas por um dia. Mas é muito mais. Nós vivemos a cidadania, nós vivemos a cultura de todos os cantos do país, nós vivemos as amizades, nós vivemos as memórias que guardaremos para sempre nos nossos corações, mas sobretudo, nós vivemos abril na educação como ninguém e esse é o verdadeiro resultado deste e de todos os outros encontros do Parlamento dos jovens.

Fim



-“A fotografia da praxe”

Agradecimentos:

À Dra. Julieta Sampaio, fundadora deste projeto, por ter criado a oportunidade de cada jovem fazer ouvir a sua voz no parlamento.

A cada pessoa que participou e tornou esta edição do Parlamento dos Jovens tão especial. Cada um de nós foi uma peça essencial para que isto acontecesse.

A toda a equipa do Parlamento dos Jovens, por estarem sempre prontos a ajudar e terem tido o trabalho de inovar para que os jornalistas tivessem a oportunidade de colocar as suas questões aos deputados da AR. Por nos fazerem sentir ouvidos, importantes e felizes

Obrigada



Mafalda Lopes da Cunha Vaz, Círculo dos Açores,
Escola Secundária Domingos Rebelo, Edição 2023/2024, Ensino Secundário